



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA SOBRE CAPITAL SOCIAL: AS ABORDAGENS DE BOURDIEU, FUKUYAMA E GHOSHAL

Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo¹

RESUMO

O estudo do conjunto de princípios com base nos quais o conhecimento se desenvolve é domínio da epistemologia. O objetivo da epistemologia é determinar a origem lógica das ciências, considerando seu valor e seu alcance. No início do século XXI, os cientistas organizacionais começaram a estudar temas novos que permitem abranger a complexidade da vida organizacional no contexto contemporâneo, estando entre eles os estudos sobre capital social. Neste artigo, a análise epistemológica fornece suporte para uma maior compreensão dos princípios que guiam os arcaibouços conceituais sobre o tema "capital social", com base em autores predominantes nas referências a esse tema na produção científica brasileira na área das organizações. Há uma grande quantidade de literatura acadêmica sobre capital social que demonstra o esforço dos investigadores para tentar definir o conceito e extrair algumas ideias úteis e práticas. Subjacente a esse fato estão os princípios epistemológicos que têm sido utilizados para guiar os investigadores em suas pesquisas, que refletem uma visão de mundo que é anterior aos conceitos que estão tentando definir. Nesta discussão, são analisadas as contribuições de Bourdieu, Fukuyama e Ghoshal para o tema capital social. De maneira geral, pode-se concluir que os princípios da corrente epistemológica do sistemismo são predominantes nas concepções de capital social elaboradas pelos autores analisados. Por outro lado, essas abordagens divergem quanto à presença de uma intenção desmistificadora nas contribuições de Bourdieu, à presença de uma perspectiva histórica nas contribuições Fukuyama e à predominância do racionalismo e empirismo nas contribuições de Ghoshal.

Palavras-chave: Capital Social. Análise Epistemológica. Estudos Organizacionais.

Introdução

O avanço científico certamente elucidada os pontos que são questionados pela sociedade, bem como torna mais compreensíveis os fenômenos que ocorrem no mundo. Contudo, o conhecimento científico não é neutro, sendo ele construído com base em diversos princípios que por vezes podem resultar em explicações concordantes ou concorrentes para um mesmo fenômeno. O estudo do conjunto de princípios com base nos quais o conhecimento se desenvolve é domínio da epistemologia. Os princípios epistemológicos que dão base às diversas teorias são utilizados pelos pesquisadores diferentemente em um contexto histórico. Assim, um mesmo fenômeno é visto de maneiras diferentes entre diferentes pesquisadores se eles utilizam princípios diferentes em suas concepções.

¹pthiagoadm@hotmail.com



Nessa discussão, a análise epistemológica tem a importância de revelar os princípios que regem um determinado arcabouço teórico, permitindo avaliar a coerência teórica em relação aos objetivos nos trabalhos científicos. Ao longo do desenvolvimento da ciência da administração, o ciclo hegemônico do paradigma funcionalista pode ser visto nos estudos organizacionais. Contudo, em uma tentativa cada vez maior de procurar explicar fenômenos que não são facilmente observados, os cientistas organizacionais têm avançado sobre objetos de estudo nos quais os princípios positivistas e funcionalistas podem não ser suficientes. No início do século XXI, os cientistas organizacionais começaram a estudar temas novos que permitem abranger a complexidade da vida organizacional no contexto contemporâneo, estando entre eles os estudos sobre capital social. Neste artigo, a análise epistemológica fornece suporte para uma maior compreensão dos princípios que guiam os arcabouços conceituais sobre o tema "capital social", com base em autores predominantes nas referências a esse tema na produção científica brasileira na área das organizações.

Existem diversas abordagens do capital social que, por sua vez, levam a várias hipóteses. No entanto, há um consenso geral de que o capital social é um recurso que existe entre os indivíduos e as organizações, surgindo das conexões entre as entidades e depois é desenvolvido pela confiança, por meio de entendimentos mútuos e por meio de ações recíprocas baseadas em valores e normas compartilhadas. Há uma grande quantidade de literatura acadêmica sobre capital social que demonstra o esforço dos investigadores para tentar definir o conceito e extrair algumas ideias úteis e práticas (KAY, 2006). Subjacente a esse fato estão os princípios epistemológicos que têm sido utilizados para guiar os investigadores em suas pesquisas, que refletem uma visão de mundo que é anterior aos conceitos que estão tentando definir.

Assim, este artigo tem o objetivo de fazer uma análise epistemológica sobre o tema capital social a partir das principais correntes epistemológicas nos estudos organizacionais. Este artigo vem contribuir para os estudos que discutem as abordagens teóricas de capital social na produção científica nacional. A partir de um levantamento da produção científica brasileira na área de organizações sobre capital social entre 2001 e 2010, Melo e Régis (2011) sinalizam para a forte presença das contribuições de Bourdieu (1979, 1980, 1986), Fukuyama (1995, 1996, 2000) e Ghoshal (NOHRIA; GHOSHAL, 1997, NAHAPIET; GHOSHAL, 1998, TSAI; GHOSHAL, 1998) como fontes de referências. É com base na literatura desses teóricos que o tema "capital social" será analisado neste artigo. Ao final, as contribuições da utilização dessas abordagens para a epistemologia dos estudos organizacionais também são discutidas.

Correntes epistemológicas

Quando se trata do conceito de epistemologia, Japiassu (1991, p. 25) define o termo como o "estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências". Este mesmo autor afirma que o objetivo da epistemologia é determinar a origem lógica das ciências, considerando seu valor e seu alcance. Segundo Souza-Santos (1988), existe um ciclo hegemônico da ordem científica, em outras palavras, de um paradigma dominante, o da ciência moderna, como aquele que origina os modelos de racionalidade presente nas ciências naturais, que posteriormente é estendido às ciências sociais, resultando em um modelo global de racionalidade científica. Esse paradigma dominante



rejeita qualquer conhecimento de senso comum, fazendo a distinção do conhecimento científico. Este autor ainda especula as características de um paradigma emergente que reconhece, sobretudo, a importância do senso comum na racionalidade científica, a ciência pós-moderna.

Na área das organizações, algumas correntes epistemológicas são particularmente importantes e seus princípios têm sido tomados no desenvolvimento do conhecimento científico. O empirismo, o racionalismo, o utilitarismo, o positivismo, o funcionalismo e a dialética são as correntes epistemológicas que são tratadas neste estudo.

Empirismo. Bacon (1979) propõe, em seu texto, que as pessoas devem se habituar à complexidade das coisas como elas são observadas pela experiência. Segundo ele, ao seu tempo, o que se tinha como ciência era a combinação de descobertas anteriores, que por sua vez carecia de novos métodos de descoberta completamente novo. Pois, na sua opinião, o método que era utilizado mais confundia as pessoas do que trazia informações. Para Bacon (1979), a ciência precisa ser demonstrada rigorosamente pela experiência, pela investigação de experimentos. Para ele, apenas as coisas que podem ser definidas e não-vagas merecem ser investigadas pela classificação, verificação, pesagem e mensuração. Ele ressaltou a importância de registrar de maneira sistemática todos os fatos observáveis em um objeto investigado. Estabelecer axiomas e deduzir experimentos novos destes é a forma como os fatos devem ser interpretados, contudo pela orientação da indução.

Racionalismo. Descartes (1979) também questionou a forma como o conhecimento era estabelecido em sua época. Ele afirmava que a ciência não se achava próxima da verdade quando não apresentava nenhuma demonstração. Descartes (1979) defendia a existência de uma ciência alcançada por juízos puros e sólidos por meio da razão. Ele ressaltava a importância de examinar os princípios e fundamentos de um conhecimento para julgar a sua veracidade, se desfazendo das opiniões e duvidando dos princípios que se dava crédito. Ele se dedicou a estabelecer um método que julgava ser o verdadeiro para se chegar ao conhecimento de todas as coisas. Para ele, uma razão certa e evidente precisa ser demonstrada invariavelmente pela dedução e haveria apenas uma verdade de cada coisa.

Utilitarismo. Bentham (1979) discute a concepção do princípio da utilidade. Ele aborda o assunto ressaltando a importância da dor e do prazer como influências na tomada de decisões das pessoas. Em seguida, ele estabelece que o princípio da utilidade “consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei”. A aprovação ou desaprovação de qualquer ação é baseada na tendência que esta tem de aumentar ou diminuir a felicidade das pessoas, na mesma intensidade do prazer ou dor provocada, ou seja, é baseada no princípio da utilidade. Bentham (1979) acreditava que o princípio da utilidade é o início de uma cadeia de demonstrações, e que por isso não podia ele ser demonstrado.

Positivismo. A demonstração se constitui um fator importante no positivismo, como mostrado por Padovani e Castagnola (1990). Eles afirmam que o positivismo se limita “à experiência imediata, pura, sensível, como já fizera o empirismo” ao comparar com a visão mais ampla do idealismo. O positivismo surge com o progresso das ciências naturais, considerando a experiência, os fatos postos e os dados sensíveis como as únicas fontes de conhecimento e verdade, rejeitando a metafísica de suas considerações. Pedro Demo (1985) aprofunda a discussão sobre o positivismo mostrando como as questões do empirismo estão associadas às questões teóricas. Para ele, a pesquisa se constrói na confluência do esforço teórico e do esforço empírico. Dortier (2000) esclarece que o



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

avanço do conhecimento só pode acontecer pela ciência baseada na demonstração rigorosa dos fatos observáveis. Para eles, ao contrário das proposições metafísicas, as proposições baseadas em fatos têm sentido e são passíveis de serem verificadas. Contudo, Schlick (1980) afirma que a ciência empírica é capaz de acessar apenas o lado aparente e superficial do conhecimento. Para este autor, um dos conceitos básicos do positivismo é se ater ao dado, e somente este é real, rejeitando a metafísica e qualquer realidade transcendente. Popper (1980) discute o método utilizado nas ciências empíricas, ou seja, o método de indução. Tal método consiste na formulação de enunciados universais como hipóteses ou teorias a partir de um conjunto de enunciados singulares de observações ou experimentos.

Funcionalismo. A maior contribuição de Durkheim (1978) é a discussão acerca do que ele concebeu como fato social. Segundo Malinowski (1970), a discussão de Durkheim (1978) está dentro da ação do método funcionalista. Malinowski (1970) conceitua o funcionalismo como um método de compreensão da natureza e dos fenômenos culturais sem fazer uso de manipulações especulativas, considerando as relações e os vínculos essenciais, indo além dos fatos isolados. Para ele, a cultura é composta por vários elementos interdependentes que realizam tarefas importantes, onde cada parte existe como um meio para um fim. Para Radcliffe-Brown (1973), a função de uma instituição social é a correspondência entre esta e as condições necessárias de existência da organização social. Evans-Pritchard (1972) estabelece que a vida social e os sistemas sociais são domínio de estudo da antropologia social. Os antropólogos sociais são investigadores funcionalistas que buscam entender a vida social utilizando os métodos experimentais das ciências naturais, desprezando os estudos históricos. Selznick (1967) afirma que as organizações vistas pelos princípios funcionais são caracterizadas pelos seus aspectos mais gerais ou como uma economia. Para ele, de acordo com os princípios funcionais, as organizações devem ser vistas como sistemas cooperativos.

Sistemismo. De acordo com Demo (1985), o sistemismo é uma continuidade do funcionalismo. Demo (1985) considera a ideia de que todo sistema pode ser um subsistema de um sistema maior, de forma que o modo como os elementos de um sistema estão organizados é que delimita cada sistema. Ele ressalta que a organização dos elementos de um sistema é o fator que faz com que o todo constituído pelo sistema seja maior do que o resultado da soma dos elementos se estes estiverem isolados, ou desorganizados. Parsons (1967) distingue uma organização dos outros tipos de sistemas sociais pelo fato daquelas buscarem a consecução de uma meta específica, produzindo algo que é utilizado por outro sistema. Para Buckley (1971), o que permite a comparação da sociedade como sistema a um organismo, ou o modelo orgânico, é a interdependência das partes. Contudo, ele considera a ideia de que os elementos de um sistema competem numa visão evolucionista. Rosenweig e Kast (1980) afirmam que os sistemas biológicos, bem como os sociais, são sistemas abertos, ou seja, eles se comunicam com o ambiente externo. Segundo estes autores, as teorias modernas consideram que a organização interage com o ambiente externo, sendo considerada um sistema aberto capaz de alcançar uma estabilidade dinâmica, ou entropia negativa, por meio de seu ajustamento constante com o ambiente externo.

Dialética. Foulquié (1978) faz uma revisão sobre as ideias dos precursores da dialética, bem como das ideias de Hegel e Marx. Para Gurvitch (1987), toda dialética visa entre as totalidades e a suas partes simultaneamente, devendo considerar os movimentos da pluralidade das totalidades e das suas unificações. A dialética também é vista como



método, que consiste na negação, destruindo a lógica formal com a finalidade de atingir o que esta não alcança. Lefebvre (1983) estabelece a distinção clara entre a lógica formal e a lógica dialética. Para ele, a lógica formal se preocupa em definir características gerais, classificar e agrupar elementos, negligenciando o conteúdo e a verdade de uma afirmação. A dialética é o exame das interações entre os elementos opostos que fazem o conteúdo. A lógica dialética está ligada a uma concepção científica da história. Demo (1985) explica que o contexto dialético é profundamente marcado pelo conceito de processo, considerando a condição de existência de que nada está completamente acabado, estando sempre em um processo de formação, seja como progresso ou como regresso. Benson (1987) desenvolveu uma concepção dialética nas teorias das organizações, considerando que estas estão sempre no caminho a ser algo como elemento da sociedade. Para ele, a ênfase da dialética é o processo de como a organização é criada, os mecanismos que as mantêm e a continuidade e reconstrução delas.

Uma vez pontuadas as características principais do empirismo, do racionalismo, do utilitarismo, do funcionalismo do sistemismo e da dialética, é possível chamar a seguir uma discussão específica sobre a epistemologia dos estudos organizacionais e das ciências da administração.

Epistemologia dos estudos organizacionais

Um problema na delimitação do objeto da ciência administrativa é ressaltado por Chevallier e Loschak (1980), sendo este objeto ora a administração pública e ora a administração das demais instituições. Contudo, as características essenciais de ambas administrações dependem do tipo de sociedade em que ela se situa, sendo ela conformada pelos valores dominantes. A administração está ligada ao advento da sociedade moderna, sendo um modelo de organização social desta sociedade. A ausência de uma reflexão epistemológica na ciência da administração faz com que esta seja construída sobre o parasitismo ideológico, o normativismo e o empirismo. Segundo Chevallier e Loschak (1980), estes três pontos impedem a passagem da administração de um estado pré-científico.

A influência dos fenômenos históricos no desenvolvimento do campo da administração, bem como o campo da epistemologia, foi abordada por Audet e Déry (1996). Segundo estes autores, os pesquisadores da organização científica do trabalho, seguidores de Taylor, não se preocupavam com a cientificidade de suas produções, nem com o movimento da epistemologia geral da época. O período da Segunda Guerra Mundial representou o surgimento de dimensões criadoras de ordem importantes para as ciências da administração como o governo, a coordenação e o controle, dentro de uma epistemologia normativa de uma corrente dominante àquela época. Na década de 1970, uma diversidade epistemológica aparece, inspirada na historiografia e na sociologia, sendo puxada por pesquisadores das áreas da sociologia, ciência política e antropologia. Desde a década de 1980, a partir dos conceitos e das estratégias de pesquisa da epistemologia da organização, começa a haver uma reconceitualização dos objetos de estudo do campo das ciências da administração.

Com relação ao projeto de uma ciência administrativa, Campos (1993) propõem que se considere a modéstia cognitiva e humildade profissional. Para esta autora, o avanço do conhecimento científico não alcança a complexidade dos problemas da



contemporaneidade. As teorias da administração foram desenvolvidas num paradigma dominante nas ciências, que é marcado por limitações decorrentes da visão mecanicista do universo como o reducionismo, a incompetência para lidar com as contradições e a não apreciação da subjetividade. Por outro lado, Campos (1993) propõem a criação de conhecimento sobre um paradigma aberto para a subjetividade, denominado por ela de hermenêutico-dialético, que favorece a atitude de modéstia cognitiva ao considerar que todo conhecimento é parcial e não generalizável. A compreensão das contradições e evolução da realidade social é permitida pela dialética. A tradição determinista que caracterizou as teorias baseadas na realidade objetiva é rompida nas abordagens deste novo paradigma.

Garcia e Bronzo (2000) enfatizam a ideia de que os processos científicos não são desinteressados e deslocados da *práxis social*. Estes autores afirmam que o desenvolvimento das teorias organizacionais refletiu a subordinação da ciência ao capital e aos interesses dominantes. Por outro lado, eles afirmam os problemas da prática administrativa são mais bem explicados pela concorrência entre diferentes perspectivas teóricas, derivada da possibilidade de estudos organizacionais em perspectiva histórica, com base na dialética.

Garcia e Bronzo (2000) também chamam atenção para o fato de os antigos valores teóricos serem limitados para responder os desafios da prática administrativa como as relações de poder e dominação nos contextos organizacionais. De acordo com a Escola Científica, a Escola das Relações Humanas e o Estruturalismo, a organização é centrada na sua eficiência interna, sendo o conflito e a divergência natural consideradas anomalias que devem ser sanadas pela organização, para restabelecer o equilíbrio necessário para a ordem dominante. Em seguida, a tentativa de se compreender os pressupostos organizacionais por meio da perspectiva funcionalista e da teoria sistêmica se demonstrou acrítica. Assim, estes mesmos autores alertam para a necessidade de estudos e teorias com bases em perspectiva histórica, crítica, plural e dialética, além de buscar a aproximação do campo da administração aos da economia, política e sociologia.

Ao discorrer sobre a dominância e a emergência de paradigmas nos estudos organizacionais, Chanlat e Séguin (1987) propõem uma série de concepções para as organizações, associando elas a um paradigma funcionalista ou a um paradigma crítico. No paradigma funcionalista, as organizações são vistas pelas concepções:

- Sistêmica: conjunto de partes relacionadas umas às outras, onde esforços coordenados atingem resultados maiores do que a soma dos esforços individuais;
- Teleológica: a noção de objetivos e metas é uma dimensão central que embasa a racionalidade organizacional, servindo de medida para avaliação de eficácia;
- Não histórica: forte ocultamento e marginalização dos fenômenos de causalidade e de mudança ao longo do tempo nas organizações e;
- Integradora: a organização é composta por indivíduos e grupos em harmonia, com objetivos comuns aceitos por todos.

Por outro lado, no paradigma crítico, Chanlat e Séguin (1987) consideram as organizações com base em concepções:

- Sociológica: as relações que as organizações desenvolvem internamente e externamente dependem das ideologias, valores e concepções de mundo na estrutura social própria de uma determinada sociedade;



- Histórica: as organizações e as relações sociais se formam e se modificam ao longo do tempo, desvendando crises e transformações na sociedade em elas fazem parte;
- Dialética: as organizações são permeadas por conflitos, crises e contradições que são revelados seus processos;
- Desmistificadora: denuncia os mitos legitimados pelos trabalhos que tem o objetivo de melhor controlar a mão de obra nas organizações;
- Acionalista: as organizações nascem, se transformam, desaparecem e renascem como produtos da ação humana e;
- Emancipatória: libertação dos indivíduos em relação aos limites que justificam a dominação e exploração, buscando a realização de uma maior humanização nas organizações.

A teoria crítica busca reconhecer a repressão imposta pelas instituições dominantes e criar locais de trabalho livres de qualquer tipo de dominação, defendendo que as organizações atuem no encontro das necessidades humanas, conduzindo o desenvolvimento progressivo da sociedade como um todo, em vez de apenas uma elite (SOUZA; SALDANHA; ICHIKAWA, 2004). Na teoria administrativa e nas práticas organizacionais, a abordagem crítica pode trazer uma postura de atenção, reflexão e questionamento sobre o que é tradicional e habitual (DAVEL; ALCADIPANI, 2003). Davel e Alcadipani (2003), bem como Paula (*et al.*, 2010), identificam os seguintes pontos que limitam a ação e a pesquisa crítica: busca compreender como as organizações são formadas e consolidadas internamente e externamente por meio de uma construção social e histórica; coloca o desenvolvimento humano como ponto central, em vez do desempenho econômico das organizações e enfoca a autonomia e a responsabilidade das pessoas como forma alternativa à alienação organizacional.

Capital Social

O capital social consiste nos recursos que são criados e evoluem por meio de relações entre pessoas e organizações dentro de uma comunidade por meio da presença de alto nível de confiança, reciprocidade e mutualidade, normas de comportamento compartilhadas, comprometimento e pertencimento compartilhado, redes sociais formais e informais, e canais de informações eficientes (KAY, 2006). Para Kay (2006), uma organização comunitária ou grupo com um forte capital social pode determinar o que se deseja fazer e como se pôr a conseguir outras formas de capital que serão necessitadas: financeiro (dinheiro), físico (terra, prédios, máquinas), natural (matéria-prima, ar puro e água) e humano (habilidades, educação e conhecimento). O Capital Social é capaz de aproximar essas formas mais tangíveis de capital e, semelhante às outras formas de capital, constitui um estoque que pode ser usado.

Um dos primeiros usos do termo 'capital social' na literatura acadêmica foi feito por Hanifan (1916) em seu texto sobre um centro comunitário rural no Estado da Virgínia Ocidental nos Estados Unidos. Nesse texto, o capital social é entendido como algo que pode satisfazer necessidades sociais para a melhoria substancial das condições de vida de toda uma comunidade, sendo direcionado por líderes habilidosos. Hanifan (1916) sugere que o capital social surge em uma comunidade a partir da aproximação dos membros em



razão de propósitos comuns a todos, que ocasionalmente leva a discussões construtivas sobre os problemas da comunidade e resultam em ações efetivas. Posteriormente, Jane Jacobs (2009) se reporta ao termo capital social no livro "The death and life of great american cities", que foi publicado originalmente em 1961. Jacobs (2009) enfatiza a resolução de problemas em uma comunidade, afirmando que a rede de relações construídas e acumuladas ao longo do tempo pela permanência de certas pessoas em um bairro é o capital social necessário para a autogestão de um bom bairro. Outra citação do termo capital social é feita por Loury (1977) ao discutir sobre desigualdade racial, enfatizando o impacto da família e da comunidade na aquisição de habilidades requeridas no mercado por jovens negros. Para Loury (1977) o capital social representa o grau em que o sucesso de um indivíduo no mercado é realizado por meio de forças sociais externas ao controle do indivíduo, ressaltando que a quantidade de recurso que é investido na preparação desse indivíduo para o mercado é um efeito de sua origem social.

De acordo com Putnam (2000), o capital social tem tanto um aspecto individual e privado, quanto um aspecto coletivo e público. Então, o capital social pode ser simultaneamente um bem privado e um bem público. Uma parte do benefício gerado no capital social vai para o coletivo, enquanto parte do benefício recai ao interesse imediato da pessoa que faz o investimento. Coleman (1990) esclarece que além do capital social estar presente nas organizações que atendem a diferentes propósitos de maneira não intencional, o capital social também está presente em organizações criadas intencionalmente para certos propósitos, que podem ser privados ou de bem público. São organizações que buscam o resultado direto do investimento de atores que têm o objetivo de receber um retorno sobre seu investimento, ou associações voluntárias que produzem um bem público.

Segundo Kay (2006), o que diferencia o capital social das outras formas de capital é que quanto mais as organizações e os indivíduos confiam e desenvolvem relacionamentos entre eles mesmos e outros, estas relações são mais fortalecidas e também o capital social. O capital social aumenta com o uso. Quanto mais se desenvolvem relações de confiança, dá e recebe ajuda, se trabalha com outros, se ativa redes formalmente e informalmente, entende de onde os outros vêm e se demonstra compromisso com propósitos, mais se usa o capital social para alcançar realizações.

Para Putnam (2000), as formas mais importantes de diferenciação do capital social são a forma de ponte e de união. O capital social de união é uma forma com olhar interno que tende a reforçar identidades exclusivas e grupos homogêneos, seja por necessidade ou por escolha. Esta forma é boa para envolver uma reciprocidade particular e mobilizar solidariedade. O capital social de união apoia identidades próximas. Uma vez que o capital social de união cria uma forte lealdade interna, ela também pode criar um forte antagonismo para fora do grupo, sendo possível esperar efeitos externos negativos nesta forma. Por outro lado, o capital social de ponte é uma forma com olhar externo e abrange pessoas através de clivagens sociais diversas. Esta forma é melhor para ligar a ativos externos e para difusão de informação. Além disso, o capital social de ponte pode gerar identidades e reciprocidades mais amplas. Contudo, tanto o capital social de ponte quanto o de união podem ter poderosos efeitos sociais positivos. Muitos grupos unem algumas dimensões sociais e criam pontes entre outras simultaneamente, de maneira que a união e a ponte não são categorias excludentes nas quais as redes sociais podem ser nitidamente divididas, mas são dimensões que apresentam presença relativa na qual é possível comparar diferentes formas de capital social.



Quanto à redução, ou destruição, do capital social, Coleman (1990) explica que existem fatores que influenciam na destruição do capital social, ao tornarem as pessoas menos dependentes um do outro. Tanto a abundância de recursos quanto as fontes oficiais de apoio em momentos de necessidade são alternativas que permitem que o capital social não seja renovado. De outra forma, menos capital social é gerado quando as pessoas precisam menos umas das outras por causa da abundância de recursos e de ajuda do governo. Assim, o capital social deprecia ao longo do tempo se não for renovado. As relações sociais se extinguem se não forem mantidas, bem como as expectativas e obrigações desaparecem ao longo do tempo e as normas dependem da comunicação regular.

Ao discutir a emergência da ideia de capital social na sociologia moderna, Portes (1998) ressalta que essa ideia precisa ser entendida em toda sua complexidade como fato social, pois os laços sociais podem ser úteis para controlar os comportamentos irregulares dos atores e fornecer a acesso a recursos, mas também podem restringir as liberdades individuais e bloquear atores externos aos mesmos recursos por meio de preferências particulares. De maneira semelhante, Putnam (2000) ressalta que o capital social reforça a interação entre pessoas com alguma semelhança ao mesmo tempo em que intensifica a aversão às diferenças sociais.

A partir de uma meta-análise do conceito de capital social, Fulkerson e Thompson (2008) afirmam que a diversidade de conceitos pode ser distinta em duas categorias: o capital social como recurso e o capital social normativo. Por um lado, o capital social normativo considera o conjunto de fatores na estrutura social que leva a ações coletivas para conseguir benefícios mútuos para um grupo de pessoas e consiste em uma explicação universal para padrões de desenvolvimento. Por outro lado, o capital social como recurso considera uma explicação para padrões desiguais de acumulação de poder, prestígio e outras formas de desigualdade, se referindo a uma forma de investimento em redes de relacionamentos que traz retornos futuros. Os autores que discutem o capital social normativo enfatizam as transações recíprocas e agregação de valor na perspectiva da organização social, enquanto os autores que discutem o capital social como recurso enfatizam a confiança como obrigação e a racionalidade limitada. Fulkerson e Thompson (2008) mostram que as discussões mais recentes levam uma tendência de alinhamento à ideia de capital social normativo.

Fulkerson e Thompson (2008) esclarecem que a teoria do capital social parecia estar se tornando um paradigma na ampla comunidade de cientistas sociais, para além da sociologia, ao final dos anos 2000 (FULKERSON; THOMPSON, 2008). Nos estudos organizacionais, Adler e Kwon (2002) propuseram um arcabouço conceitual que mostra várias correntes de pesquisa relevantes relacionadas às fontes, aos efeitos e às contingências, destacando que a discussão de capital social pode contribuir para os estudos organizacionais se superar a distinção entre as formas de capital social de união e de ponte, pois muitos fenômenos organizacionais envolvem ambas as formas de capital social simultaneamente.

Segundo Melo e Régis (2011), na produção científica nacional sobre capital social na área de organizações, as discussões de Putnam (2000) e Coleman (1990) são as referências mais predominantes. Melo e Régis (2011) concluem que ambas as abordagens sobre capital social convergem ao buscarem princípios utilitaristas e funcionalistas nas suas elaborações. Também concluem que essas abordagens divergem pela presença de uma perspectiva histórica adotada por Putnam (2000) e pela predominância de uma



abordagem sistêmica adotada por Coleman (1990). É com a intenção de dar continuidade a essas análises que o presente estudo vem contribuir ao discutir as bases epistemológicas nas contribuições de Pierre Bourdieu, Francis Fukuyama e Sumantra Ghoshal sobre o capital social como tema de pesquisa. Melo e Régis (2011) apontam para presença desses autores como referência frequentes nos estudos sobre capital social na área das organizações. A seguir, são apresentadas as análises epistemológicas.

Capital Social de Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu é o cientista social mais citado do mundo em vida. Ele se dedicou à disciplina da sociologia na França pós-guerra, ajudando a revitalizar e renovar, e ampliando sua influência para a esfera pública. Pierre Bourdieu nasceu em 1930 em uma pequena aldeia em uma região rural do sudoeste da França. Os seus dias a escola primária foram gastos entre os filhos de camponeses, operários e pequenos comerciantes em outra vila remota, conhecida por seu arcaísmo que viria mais tarde a ser o local de um de seus primeiros estudos etnográficos e o tema do seu último livro no prelo no momento de seu falecimento em 23 de Janeiro de 2002. Em 1960, ele assumiu uma posição como professor assistente na Sorbonne e depois na Universidade de Lille. Em 1964, Bourdieu tornou-se Diretor de Estudos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e fundou o Centro de Sociologia Europeia, que recebeu um grande subsídio da Fundação Ford. Ele buscou construir instituições de produção científica protegidas das dependências do comando estatal e das regras de mercado. Em 1975, ele fundou a revista interdisciplinar *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, que conduziu até sua morte, atentando também para desnacionalizar a ciência social, para quebrar as noções pré-construídas de senso comum e erudita, e para romper com formas estabelecidas da comunicação científica (WACQUANT, 2002).

Foi no artigo que abre a edição de novembro de 1979 do periódico *Actes de la recherche en Sciences Sociales* que Bourdieu abordou o tema capital social pela primeira vez (BOURDIEU, 1979). Nesta ocasião, ele discutiu sobre outra forma de capital, o capital cultural, afirmando que o desempenho econômico e social que o título escolar pode trazer para um indivíduo depende do capital social herdado que pode ser usado por ele para isto. Nesse texto o autor não estabelece nenhum conceito ou definição sobre capital social, mas é possível identificar que sua concepção do tema envolve uma noção utilitarista já que o capital social é visto por ele como um elemento que pode ser utilizado para satisfazer necessidades econômicas e sociais. Em 1980, Bourdieu escreveu uma nota de abertura da edição de janeiro do mesmo periódico tratando com mais profundidade suas ideias sobre capital social (BOURDIEU, 1980). Naquela ocasião, o capital social foi conceituado como

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que são colocados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas pelo convívio e pelo reconhecimento; ou, em outras palavras, ao pertencimento de um grupo, como um conjunto de agentes que não são apenas dotados de propriedades comuns (suscetíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas são também unidos por laços permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980, p.2, tradução nossa).



Essa concepção de capital social guarda elementos centrais do sistemismo, pois considera que as redes de relações formam grupos de indivíduos, ou partes de um determinado sistema, que, ao estarem conectados, são capazes de produzir resultados que isoladamente não seriam capazes, ou conjunto de recursos denominado capital social. Trata-se da propriedade sinérgica dos sistemas. A presença do sistemismo na concepção de Bourdieu, por meio de sua característica sinérgica, também pode ser observada no seu tratamento sobre a identificação do volume de capital social que é possuído por um determinado indivíduo, afirmando que "depende da extensão da rede de conexões que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por cada um daqueles a quem ele estiver conectado" (BOURDIEU, 1980, p.2, tradução nossa).

A predominância do sistemismo na concepção de Bourdieu sobre capital social é observável quando ele discute a manutenção e a reprodução do capital social nas estruturas sociais. Ele afirma que a reprodução e manutenção do capital social pressupõe um esforço incessante de sociabilidade, ou seja, uma série contínua de trocas em que o reconhecimento é infinitamente afirmado e reafirmado, fornecendo ganhos proporcionais ao tamanho do capital (BOURDIEU, 1980). Essa discussão está suportada pela ideia de que os esforços individuais em relacionamentos sociais são o insumo para uma dinâmica que se realiza na estrutura social e que resulta em produtos, econômicos ou simbólicos, que podem ser obtidos a partir do capital social gerado, que por sua vez é o insumo para realimentar o sistema, garantindo uma estabilidade dinâmica ou entropia negativa. Assim, os elementos de uma abordagem sistêmica (entrada, processo, saída e retroalimentação) podem ser identificados.

O utilitarismo também pode ser observado no texto de Bourdieu, corroborando a análise de Portes (1998), porém em menor predominância do que o sistemismo, quando ele discute a natureza das redes de relações, afirmando que elas são o produto de estratégias de investimento social necessárias para produzir e reproduzir os laços duráveis e úteis para a obtenção de ganhos materiais ou simbólicos. Contudo, o autor utiliza essa discussão para revelar a noção de uma sociedade estruturada por atores que tomam decisões em busca de benefícios próprios, ou grupos de agentes pertencentes a estruturas que fornecem recursos distintivamente para eles por meio das dinâmicas sociais. Ou seja, essa discussão é direcionada para revelar uma sociedade estruturada por grupos com mais ou menos recursos e marcada por conflitos nas suas dinâmicas sociais, caracterizando uma concepção do paradigma crítico de acordo com Chanlat e Séguin (1987).

Bourdieu (1980) revela uma sociedade estruturada por grupos com mais ou menos recursos e marcada por conflitos quando discute sobre a concentração de capital social em um ator ou em um pequeno grupo. Para ele, cada grupo tem suas formas mais ou menos institucionalizadas de delegação que lhe permitem concentrar a totalidade do capital social nas mãos de um único ator ou um pequeno grupo de atores com poder simbólico para representar o grupo, falar, agir e exercer autoridade em seu nome e, assim, a exercer poder com a contribuição pessoal dos atores. Ele ainda afirma que existe uma concorrência interna nos grupos para conseguir uma posição de nobre, sendo capaz de se apropriar da concentração de capital social.

Em 1986, é publicado o *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, editado por John G. Richardson, que traz um capítulo escrito por Bourdieu sobre a transmissão e reprodução da educação. Nesse capítulo, Bourdieu (1986) explora com mais detalhes sua concepção do capital social como algo que é feito de obrigações



sociais e é convertível em capital econômico em certas condições, e pode ser institucionalizado na forma de título de nobreza. Nesta ocasião, o autor retoma seu conceito de 1980, adicionando a ideia de que o capital social oferece a cada um dos membros de um grupo o apoio do capital de propriedade coletiva, como uma credencial que lhes dá crédito em vários sentidos (BOURDIEU, 1986). Assim, ele se apoia mais uma vez na abordagem sistêmica, ao reconhecer a apropriação do capital social pelos indivíduos ao mesmo tempo em que o reconhece como uma propriedade coletiva. Os sistemas no nível dos grupos sociais alimentam os sistemas no nível dos indivíduos, e vice-versa, na produção de capital social.

Nesse texto, Bourdieu (1986) repete as ideias de seu texto anterior, e acrescenta uma discussão sobre a propriedade de conversibilidade do capital. O capital social precisa ser estabelecido e mantido por um longo tempo para ser capaz de agir no momento apropriado para a obtenção de outras formas de capital. A transformação do capital econômico em capital social pressupõe um esforço específico, um gasto aparentemente gratuito de tempo, atenção, cuidado ou preocupação, que do ponto de vista estritamente econômico é visto como desperdício puro, mas é um investimento sólido em termos da lógica da troca social, pois os seus lucros irão aparecer no longo prazo, na forma monetária ou em outras formas. Nessa discussão, o autor se apoia novamente nos princípios do sistemismo ao considerar o processo de conversão de um tipo de recurso em outro, focando o elemento processual dos sistemas, que utiliza determinados insumos para realizar produtos a partir de processos específicos. Ainda sobre a propriedade de conversibilidade do capital, o autor afirma que a conversibilidade de capital econômico em capital social serve à reprodução de uma classe dominante na estrutura social, pois a conversibilidade dos diferentes tipos de capital é a base das estratégias destinadas a garantir a reprodução do capital. Está aqui o argumento distintivo da noção sobre capital social de Bourdieu, caracterizado por elementos do paradigma crítico de acordo com Chanlat e Séguin (1987) como a imersão sociológica e desmistificadora, não obstante a predominância do sistemismo, que é um elemento do paradigma funcionalista.

Capital Social de Francis Fukuyama

Francis Fukuyama é um pesquisador americano formado em ciências políticas na Universidade de Harvard. Ele já foi membro do departamento de ciência política da RAND Corporation, que é uma instituição sem fins lucrativos que ajuda a melhorar as políticas e tomadas de decisão nos setores público e privado por meio de pesquisas. Ele também já foi membro da Equipe de Planejamento Político do Departamento de Estado dos Estados Unidos, bem como do conselho do presidente sobre bioética. Ele também já atuou como professor das universidades de George Mason e Johns Hopkins. Atualmente, ele é pesquisador sênior no Centro de Democracia, Desenvolvimento e Estado de Direito na Universidade de Stanford (STANFORD UNIVERSITY, 2012).

Em 1995, Fukuyama publica o livro "Confiança", no qual ele estabelece suas discussões iniciais sobre a importância do capital social no processo de desenvolvimento de uma nação. O terceiro capítulo desse livro, intitulado "escala e confiança", traz as bases da concepção sobre o capital social na visão de Fukuyama. O autor conceitua o capital social como "uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade", podendo estar incorporada nos diversos grupos sociais



do nível familiar ao nível nacional (FUKUYAMA, 1996, p.41). O autor também considera que são os mecanismos culturais que geralmente criam e transmitem o capital social. É possível associar a conceituação e as considerações iniciais de Fukuyama aos princípios do sistemismo, pois ressalta que a sociedade é um sistema constituído por subsistemas que se referem a grupos sociais em diferentes níveis, bem como trata o capital social como algo que é criado, ou nos termos do sistemismo é o produto ou resultado, de um processo cultural que se realiza dentro de um sistema social.

De acordo com Fukuyama (1996), o capital social é baseado no predomínio de virtudes sociais e sua aquisição requer o hábito às normas morais de uma comunidade e a aquisição de virtudes como lealdade, honestidade e confiabilidade, sendo as capacidades de formar novas associações e cooperar com os termos que elas estabelecem o tipo de capital social mais útil. Assim o utilitarismo se faz presente pelo reconhecimento de que o capital social é capaz de realizar atividades que beneficiam os indivíduos por meio de associações sociais e das ações de cooperação.

Fukuyama (1996) afirma que a natureza da economia industrial em uma sociedade sofre consequências do capital social, que pode ser mais forte nos laços de parentesco ou em associações voluntárias na sociedade como um todo. O autor estabelece que a capacidade de criar grandes organizações privadas lucrativas se faz presente nas sociedades de alta confiança com abundante capital social, marcadas por associações voluntárias na sociedade como um todo. Essas afirmações reforçam o aspecto sistêmico inerente às ideias do autor, pois trata as associações voluntárias como um elemento importante para manutenção do sistema econômico, que tende à estagnação e ao processo entrópico na ausência de tais associações.

Fukuyama (1996) também afirma que à medida que a tecnologia e os mercados mudam, novas formas organizacionais poderão ser adotadas pelas sociedades com alto capital social mais rapidamente. Relacionado a isso, o autor destaca que o capital social precisa ser contado como um recurso das nações, pois as diferentes posses trazem implicações para a divisão global do trabalho. Assim, o autor também recorre aos princípios funcionalistas nas suas ideias, uma vez que atribui a função de facilitar a superação de dificuldades ao capital social, bem como de garantir vantagens econômicas às nações. O autor encerra seu texto afirmando que o capital social torna uma organização mais eficiente.

Ainda em 1995, Fukuyama publica o artigo "Social capital and the global economy", que é uma adaptação do livro "Confiança". Nesse artigo, o autor afirma que as diferenças entre as organizações econômicas na estrutura industrial estão relacionadas ao capital social, tomado como o componente do capital humano que permite aos membros de uma determinada sociedade confiar uns nos outros e cooperar na formação de novos grupos e associações de negócios. Em sua visão, as organizações econômicas podem ser negócios familiares ou formas flexíveis de organizações baseadas na sociabilidade espontânea que surge da confiança mútua entre pessoas estranhas, que por sua vez são enfraquecidas em culturas que enfatizam fortemente os laços familiares (FUKUYAMA, 1995). Nessa discussão, o autor também recorre aos princípios funcionalistas ao destacar que o capital social está relacionado à eficiência das organizações econômicas. O pensamento dicotômico típico do funcionalismo também aparece nas considerações sobre organizações familiares ou organizações flexíveis, excluindo a possibilidade de existirem organizações familiares e flexíveis.



Fukuyama (1995) também ressalta que é possível que uma sociedade seja deficiente em capital social em todos os sentidos por não ter nem fortes laços familiares nem fortes associações espontâneas sem parentescos, fazendo surgir organizações criminais como a principal forma de organização social. O autor ainda destaca que o capital social precisa ser periodicamente renovado para não se extinguir. Dessa forma, é possível observar mais uma vez os princípios sistêmicos nessa discussão, ao se pensar a extinção do capital social como resultado de um processo entrópico, no qual o sistema deixa de ser alimentado de seus recursos essenciais, que nesse caso são os laços de confiança entre familiares ou entre desconhecidos, fazendo as organizações criminosas aparecerem como um sistema que substitui o anterior.

Fukuyama (1995) chama atenção para as formas nas quais diferentes sociedades surgem com posses relativas de capital social. Enquanto muitas sociedades de base familiar com um baixo grau de confiança entre desconhecidos passaram por um período de centralização estatal absoluta que extinguiu tal capital social, as sociedades com alto grau de confiança social nunca passaram por longos períodos de poder estatal centralizado. Quando se trata de aspectos econômicos, o autor destaca que tanto a necessidade de uma política industrial quanto a habilidade para implementar tal política efetivamente dependem de fatores culturais como o capital social. Essa discussão revela uma abordagem em uma perspectiva histórica, que é um elemento do paradigma crítico de acordo com Chanlat e Séguin (1987), pois o autor constrói uma lógica para a formação econômica e social de países como Estados Unidos, Japão, Alemanha, China, Itália e França a partir do regate de aspectos históricos e culturais de tais nações. Contudo, apesar da perspectiva histórica se fazer presente ao longo de todo o texto, não é possível afirmar que Fukuyama desenvolve uma concepção crítica de capital social, devido à predominância de outros elementos que reforçam um caráter funcionalista.

No ano 2000, é publicado o livro "A grande ruptura", no qual Fukuyama continua fazendo a associação entre o desenvolvimento econômico e o capital social de uma sociedade. Nesse livro, ele afirma que o capital social é um pré-requisito para as formas de empreendimento em grupo na sociedade moderna e tem valor para uma economia nacional devido à sua capacidade de produzir riqueza. Assim, o autor reforça as bases utilitaristas e sistêmicas nas suas ideias, uma vez que considera que o capital social é capaz de produzir riqueza para beneficiar os indivíduos e também é um elemento indispensável como recurso dos sistemas sociais que produzem essas riquezas.

Nesse livro, Fukuyama define o capital social como "um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles" (FUKUYAMA, 2000, p. 28). Contudo, o autor ressalta que alguns valores e normas comuns podem não produzir capital social quando intensificam a falta de confiança, como em contextos com a predominância das organizações criminosas. Tais normas impossibilitam a cooperação social, enquanto as normas que produzem capital social incluem honestidade, cumprimento de obrigações e reciprocidade. Essa discussão mostra que o autor revela contradições inerentes ao capital social, aprofundando a complexidade desse fenômeno por meio da dialética. Apesar de o autor supor que a existência de capital social é algo bom para a sociedade, ele reconhece que também pode ser prejudicial quando está à disposição das organizações criminosas ou organizações de ódio racial.

Na visão de Fukuyama, a ausência de capital social pode ser compensada por mecanismos de coordenação formal como contratos, hierarquias, constituições e leis para o sucesso dos grupos sociais. O autor destaca que o capital social facilita sucesso de um



grupo social na forma de inovação e adaptação, bem como destaca que pode trazer benefícios para a sociedade civil por permitir que diferentes grupos sociais se unam para defender seus interesses. Para o autor, uma democracia bem sucedida precisa da sociedade civil, que por sua vez precisa de capital social para existir. Assim, o autor ressalta o caráter utilitarista do capital social como uma ferramenta útil para alcançar os interesses e o sucesso dos grupos sociais.

Fukuyama também discute a mensuração do capital social e apresenta dados relacionados aos países desenvolvidos para sustentar seus argumentos por meio de uma análise comparativa. O autor justifica que a análise comparativa é uma ferramenta adequada para entender a causa de um determinado efeito nas ciências sociais, fazendo uma analogia ao método experimental das ciências naturais, e fazendo referência ao estudo de Emile Durkheim sobre o suicídio como marco desse tipo de análise. Portanto, o autor parece se posicionar claramente em um alinhamento epistemológico que aproxima os princípios empiristas e funcionalistas dentro de um escopo positivista. Na sua trajetória de pesquisa, Fukuyama produziu textos posteriores sobre capital social que mantêm o posicionamento positivista com base no utilitarismo e no funcionalismo como o texto apresentado na conferência do Fundo Monetário Internacional em 1999 e posteriormente publicado na revista *Third World Quarterly* (FUKUYAMA, 2001).

Capital Social de Sumantra Ghoshal

Ghoshal nasceu em Calcutá e se formou em física na Universidade de Delhi. Ele trabalhou na alta hierarquia de gestão da Indian Oil antes de se mudar para os Estados Unidos em 1981, onde produziu duas teses de doutorado de uma vez, uma na *Sloan School of Management* no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e outra na *Harvard Business School*. Em 1985, ele se tornou professor na escola de negócios Insead, na França. Sua produção científica contempla uma série de livros e artigos influentes sobre empresas multinacionais. Em 1994, ele foi para a *London Business School*, onde atuou e permaneceu como professor de liderança estratégica até seu falecimento em 2004. Ele desenvolveu um grande número de seguidores através de pesquisa, consultoria, colunas de jornal e uma série de televisão. Também participou na criação da *Indian School of Business*, em Hyderabad, onde foi reitor e ensinou extensivamente (CAULKIN, 2004). Desde 2007, a *London Business School* realiza anualmente a Conferência de Sumantra Ghoshal sobre pesquisas gerencialmente relevantes.

Em 1997, é publicado o livro "The differentiated network" de Ghoshal em coautoria com Nitin Nohria, que é professor na *Harvard Business School* e era professor visitante na *London Business School* naquele momento. Em um capítulo desse livro sobre redes interpessoais como mecanismo de integração, os autores exploram alguns fatores que afetam o capital social desenvolvido por gestores departamentais em corporações multinacionais, definindo o capital social como a rede de contatos dos indivíduos. Tomando a variedade de contatos não redundantes como o indicador de capital social, os autores afirmam que os indivíduos com mais capital social são mais prováveis de ser bem sucedidos em seus trabalhos e evoluir nas suas carreiras, assim como as organizações com indivíduos com mais capital social são mais prováveis de ter vantagens competitivas. Assim, as ideias expostas pelos autores ressaltam a capacidade do capital social fornecer benefícios para os indivíduos e para as organizações, fazendo uso de princípios



utilitaristas. Além disso, também é possível observar a presença do sistemismo, uma vez que a interface entre os subsistemas individuais e os sistemas organizacionais é explorada.

Por meio de um estudo empírico com gestores de três grandes corporações multinacionais, os autores investigaram o papel de fatores como ter contatos expatriados, treinamento inicial e relacionamentos de mentoria como potenciais determinantes do capital social dos indivíduos na corporação multinacional, tomado como uma variável que depende de certos fatores. Por um lado, essa investigação ressalta a base empirista nas contribuições dos autores. E por outro lado, a operacionalização da investigação revela princípios do sistemismo por considerar o capital social como o resultado que depende do processo de outros fatores em um sistema aberto.

Em uma edição da *Academy of Management Review* em 1998, foi publicado um artigo sobre capital social de Ghoshal em coautoria com Janine Nahapiet, professora da Universidade de Oxford. Segundo os autores, o pressuposto central da teoria do capital social é que as redes de relacionamentos constituem um recurso valioso para a condução de assuntos sociais. Eles definem o capital social como "... *the sum of the actual and potential resources embedded within, available through, and derived from the network of relationships possessed by an individual or social unit*" (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998, p.243). É possível associar tal definição aos princípios do sistemismo, especialmente ao aspecto sinérgico, uma vez que considera o capital social como algo que é constituído pela soma de outros recursos, como também considera a presença de sistemas e subsistemas ao tratar do pertencimento das redes de relacionamentos aos indivíduos ou unidades sociais. A partir dos princípios do sistemismo, também é possível entender o capital social como o resultado de um processo originado nas redes sociais, e que é disponibilizado como insumo para outro sistema.

Nahapiet e Ghoshal (1998) definiram o capital social a partir de três dimensões distintas e inter-relacionadas, considerando a integração de suas diferentes facetas: dimensão estrutural, dimensão relacional e dimensão cognitiva. A dimensão estrutural se refere ao padrão geral de conexões sociais entre os atores. A dimensão relacional se refere a ativos criados e impulsionados por imersões em relacionamentos específicos. A dimensão cognitiva se refere a recursos que fornecem representações, interpretações e sistemas de significações compartilhados entre os atores. A abordagem discutida pelos autores, ao separar o capital social em três dimensões, traz consigo o princípio central do racionalismo cartesiano, sendo esta uma característica central do texto como um todo, uma vez que é a principal contribuição para o tema, e permeia todo o texto.

As consequências do capital social para a ação são discutidas por Nahapiet e Ghoshal (1998), afirmando que aumenta a eficiência da ação e diminui a probabilidade de oportunismo, reduzindo a necessidade de custear processos de monitoramento. Assim, o capital social ajuda na eficiência adaptativa e no aprendizado subjacente. É possível associar essa discussão aos princípios funcionalistas, pois pressupõem que o capital social cumpre funções facilitadoras da eficiência organizacional, além de pressupor uma função adaptativa análoga à ideia evolutiva dos sistemas biológicos.

Contudo, os autores também reconhecem que o capital social, na forma de fortes normas e identificação mútua, não é um recurso universalmente benéfico, podendo limitar a entrada de informação em um grupo e o uso de meios alternativos para realizar objetivos, que por sua vez produzem uma cegueira coletiva que eventualmente leva a consequências desastrosas. Tal consideração realizada pelos autores revela certa



contradição inerente à natureza do capital social, sendo este bom e mau ao mesmo tempo, podendo estar associado à uma concepção dialética.

Nahapiet e Ghoshal (1998) argumentaram que a teoria do capital social fornece uma base poderosa para compreender a criação de capital intelectual e a natureza das vantagens organizacionais, uma vez que as empresas são mais dotadas de capital social do que o mercado, como um arranjo institucional. Para construir esse argumento, os autores se baseiam em uma ampla literatura, ressaltando os resultados de diversas pesquisas empíricas anteriores que corroboram o argumento, se apoiando, portanto, em princípios positivistas.

Com base em seu artigo teórico com Janine Nahapiet, Ghoshal desenvolve uma pesquisa empírica para verificar como o capital social contribui para a competência de uma empresa criar valor na forma de inovação, desta vez em coautoria com Wenpin Tsai, professor da Universidade do Estado da Pensilvânia (TSAI; GHOSHAL, 1998). De acordo com Tsai e Ghoshal (1998), o capital social é um recurso produtivo facilitador de ações que variam de realizações de ocupações individuais a operações de negócios empresariais. Por um lado, essa nova concepção de capital social complementa a anterior ao adicionar um aspecto utilitarista, ao ser considerado como um recurso utilizado para facilitar as dinâmicas sociais. Por outro lado, essa nova concepção mantém aspectos sistêmicos da concepção anterior, uma vez que reconhece a variação entre os níveis individual e organizacional.

Uma característica central do texto de Tsai e Ghoshal (1998) é a predominância do empirismo. Os autores construíram hipóteses baseadas no modelo desenvolvido por Nahapiet e Ghoshal (1998) e as submetem ao teste empírico com a aplicação de questionários em 15 unidades de negócios de uma grande empresa multinacional de produtos eletrônicos. Os resultados do teste empírico fortalecem o modelo utilizado e discutem algumas discrepâncias, sugerindo futuras pesquisas, caracterizando uma forma de produção de conhecimento da corrente positivista. Nesse sentido, a corrente positivista está amplamente presente ao longo do texto, pois os autores recorrem a uma série de estudos anteriores para justificar e generalizar seus argumentos.

Tsai e Ghoshal (1998) destacam que o capital social engloba muitos aspectos de um contexto social, tais como os laços sociais, relações de confiança e sistemas de valores que facilitam as ações dos indivíduos inseridos no contexto. Mais uma vez, os autores se apoiam no princípio utilitarista de buscar meios que facilitam alguma realização benéfica para os indivíduos. Além disso, os autores associam esses aspectos às dimensões estrutural, relacional e cognitiva do capital social discutidas anteriormente por Nahapiet e Ghoshal (1998), retomando o caráter racionalista cartesiano presente na concepção do capital social em diferentes partes separadas que se inter-relacionam, por sua vez tentando diminuir a complexidade do fenômeno para ser melhor compreendido.

As dimensões estrutural, relacional e cognitiva do capital social são retomadas por Tsai e Ghoshal (1998) destacando os seguintes aspectos: a dimensão estrutural ressalta a posição dos contatos de um ator em uma estrutura social que fornece certas vantagens como conseguir trabalho, obter informações e acessar recursos específicos; a dimensão relacional se refere aos ativos que sustentam os relacionamentos, tais como confiança e confiabilidade, possibilitando a um ator confiável conseguir o apoio de outros atores para alcançar seus objetivos; e a dimensão cognitiva se refere a atributos como uma visão compartilhada ou um conjunto de valores comuns que ajuda os indivíduos e grupos a realizar ações capazes de beneficiar toda a organização. Assim, é possível perceber uma



base utilitarista nas considerações dos autores para todas as três dimensões do capital social, uma vez que destacam as vantagens da estrutura social, o alcance de objetivos por meio da confiança e os significados compartilhados que beneficiam a organização.

Ao discutir as inter-relações entre as três dimensões do capital social, Tsai e Ghoshal (1998) avançam na teorização proposta por Nahapiet e Ghoshal (1998). De acordo com os autores, a dimensão estrutural e a dimensão relacional se relacionam devido à possibilidade dos laços de interações sociais estimularem a confiança e a confiabilidade percebida. A dimensão relacional e a dimensão cognitiva se relacionam devido à possibilidade do desenvolvimento das relações de confiança ser estimulado por valores comuns e uma visão compartilhada. A dimensão estrutural e a dimensão cognitiva se relacionam devido ao papel assumido pelas interações sociais tanto no estabelecimento de um conjunto de objetivos e valores comuns quanto no compartilhamento desses objetivos e valores entre os membros de uma organização. Os autores destacam que cada dimensão do capital social reforça a existência das outras dimensões. Toda essa discussão acerca das inter-relações entre as dimensões do capital social é permeada por princípios sistêmicos, uma vez que cada dimensão é um subsistema de elementos que interagem para fornecer um resultado para um sistema maior, que é o capital social. O aspecto sinérgico do sistemismo também fica evidente na afirmação de que cada dimensão reforça a existência das outras, sugerindo que o resultado alcançado por cada dimensão é potencializado quando as outras dimensões se fazem presentes.

Considerações Finais

Buscou-se neste artigo fazer uma análise epistemológica sobre o tema capital social a partir das principais correntes epistemológicas nos estudos organizacionais, particularmente sobre as contribuições de Pierre Bourdieu, Francis Fukuyama e Sumantra Ghoshal. Essa discussão foi capaz de revelar os princípios lógicos mais frequentes nas concepções e argumentos desses autores. De maneira geral, pode-se concluir que os princípios da corrente epistemológica do sistemismo são predominantes nas concepções de capital social elaboradas pelos autores analisados.

Ao discutir sobre capital social, Pierre Bourdieu é conhecido historicamente como o primeiro autor ao fornecer uma sistematização sobre o assunto (PORTES,1998). Em suma, a partir da análise realizada é possível afirmar que Bourdieu realiza uma discussão própria da sociologia, recorrendo majoritariamente aos princípios da corrente sistêmica e tomando princípios utilitários eventualmente. Apesar do alinhamento entre os princípios do utilitarismo e do sistemismo ao paradigma funcionalista, a noção sobre capital social de Bourdieu é caracterizada por elementos do paradigma crítico de acordo com Chanlat e Séguin (1987) como a imersão sociológica e desmistificadora, fortalecendo a base fundamentada por Loury (1977). Francis Fukuyama leva a discussão sobre capital social para o campo das ciências políticas. As contribuições de Fukuyama estão claramente alinhadas ao paradigma funcionalista devido à predominância de princípios do utilitarismo, sistemismo e funcionalismo. Também cabe destacar que Fukuyama realiza uma discussão abrangente, pautada em uma perspectiva histórica e por vezes revelando contradições inerentes ao tema. No campo de pesquisa sobre capital social, Sumantra Ghoshal têm uma importância particular para a área das organizações por ter articulado esse conceito com teorizações próprias da ciência da administração. Comparado aos textos



dos outros dois autores analisado, as contribuições de Ghoshal possuem um maior alinhamento ao paradigma funcionalista devido a presença de uma série de princípios das correntes que apoiam esse paradigma como o racionalismo, empirismo, utilitarismo, sistemismo e positivismo.

Portanto, é possível concluir que, por um lado, as abordagens de Bourdieu, Fukuyama e Ghoshal sobre capital social convergem ao buscarem princípios do utilitarismo e sistemismo nas suas elaborações. Por outro lado, essas abordagens divergem quanto à presença de uma intenção desmistificadora nas contribuições de Bourdieu, à presença de uma perspectiva histórica nas contribuições Fukuyama e à predominância do racionalismo e empirismo nas contribuições de Ghoshal. É importante destacar que apesar da frequente referência nas pesquisas brasileiras aos textos de Bourdieu, que pode ser posicionado em um paradigma crítico de acordo com Chanlat e Séguin (1987), não se trata que os estudos nacionais que fazem referência a esse autor também estejam alinhados ao paradigma crítico. Trata-se que a contribuição de Bourdieu sobre capital social é um marco referencial do tema que é utilizado por outros autores, inclusive pelos demais autores analisados nesta discussão, que se posicionam em um paradigma funcionalista.

Esta discussão vem contribuir para o campo dos estudos organizacionais ao jogar luz sobre o cabedal epistemológico de referências frequentes sobre capital social, que é um tema capaz de trazer explicações para a realidade organizacional contemporânea. Para futuras discussões, é interessante estender a análise da produção científica nacional sobre capital social nos estudos organizacionais, destacando os conceitos mais utilizados e o alinhamento epistemológico dos estudos.

Referências Bibliográficas

ADLER, P. S.; KWON, S.-W. Social Capital: Prospects for a New Concept. **Academy of Management Review**, v. 27, n. 1, p. 17-40, 2002.

AUDET, M.; DÉRY, R. La science réfléchie. Quelques empreintes de l'épistémologie des sciences de l'administration. **Anthropologie et Sociétés**, v. 20, n. 1, 1996.

BACON, Francis. **Novum Organum**: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BENSON, J. K. Les organisations: un point de vue dialectique. In: CHANLAT, J.-F.; SEGUIN, F. **L'analyse des organisations**: une anthologie sociologique. Tome I. Montreal: Gaëtan-Morin, 1987.

BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BLUCKLEY, Walter. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. São Paulo: Cultrix, 1971.

BOURDIEU, P. Le trois états du capital culturel. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 30, pp. 3-6, 1979.

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 31, pp. 2-3, 1980.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986.

CAMPOS, A. M. Contribuição para o resgate da relevância do conhecimento para a administração. In: **Seminário em busca de novos caminhos para as organizações**. Rio de Janeiro: Coppead, 1993.

CAULKIN, S. Obituary: Sumantra Ghoshal: Management strategy innovator. **The Guardian**, 8 march, 2004. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/news/2004/mar/08/guardianobituaries.india>>. Acesso em: 12 de outubro de 2012.

CHANLAT, J.-F.; SÉGUIN, F. **L'analyse des organisations**: une anthologie sociologique. Tome I. Montreal: Gaëtan-Morin, 1987.

CHEVALLIER, J; LOSCHAK, D. **A ciência administrativa**. Mem Martins: Europa-America, 1980.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

DAVEL, E; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **RAE Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 72-85, out./dez. 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

DESCARTES, René. **Discurso do método**: meditações: objeções e respostas: as paixões da alma: cartas. Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DORTIER, J. F. Le cercle de Vienne et le nouvel esprit scientifique. **Sciences Humaines**, hors-série, september 2000.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Antropologia social**. Lisboa: Edições 70, 1972.

FOULQUIÉ, Paul. **A dialética**. Lisboa: Europa-América, 1978.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FUKUYAMA, F. Social capital and the global economy. **Foreign Affairs**, v. 74, n. 5, september-october, p. 89-103, 1995.

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura**: a natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FUKUYAMA, F. Social capital, civil society and development. **Third World Quarterly**, v. 22, n. 1, p. 7-20, 2001.

FULKERSON, G. M.; THOMPSON, G. H. The Evolution of a Contested Concept: A Meta-Analysis of Social Capital Definitions and Trends (1988–2006). **Sociological Inquiry**, v. 78, n. 4, p. 536– 557, 2008.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

- GARCIA, F. C.; BRONZO, M. As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações. In: **Anais do I ENEO**. Curitiba: 2000.
- GURVITCH, Georges. **Dialética e sociologia**. São Paulo: Vértice, 1987.
- HANIFAN, L. J. The rural school community center. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 67, New Possibilities in Education, sep., pp. 130-138, 1916.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- KAY, Alan. Social capital, the social economy and community development. **Community Development Journal**, v. 41, n. 2, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LOURY, G. C. A Dynamic Theory of Racial Income Differences. In: WALLACE, P. A.; LAMOND, A. M. (Eds.). **Women, Minorities, and Employment Discrimination**. p. 153-88. Lexington, MA: Lexington Books, 1977.
- MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MELO, P. T. N. B.; RÉGIS, H. P. Análise epistemológica das principais referências sobre capital social nos estudos organizacionais no Brasil. In: **Anais do III EnEPQ**. João Pessoa, 2011.
- NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 2, p. 242-266, 1998.
- NOHRIA, N.; GHOSHAL, S. **The differentiated network**: organizing multinational corporations for value creation. San Francisco: Jossey-Bass, 1997.
- PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. **História da filosofia**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.
- PARSONS, Talcott. Sugestões para um tratado sociológico da teoria de organização. In: ETZIONI, A. (org.), **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1967.
- PAULA, Ana P. P. de; MARANHÃO, Carolina M. S. de A.; BARRETO, Raquel de O.; KLECHEN, Cleiton F. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. **RAE Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, 2010.
- POPPER, Karl R. **A lógica da investigação científica**. Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- PORTES, A. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 24, pp. 1-24, 1998.
- PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone**: The collapse and revival of american community. New York: Simon & Schuster, 2000.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

ROSENWEIG, J.; KAST, F. **Organização e administração: um enfoque sistêmico**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1980.

SCHLICK, M. Positivismo e realismo. In: SCHLICK, M.; CARNAP, R. **Coletânea de textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SELZNICK, Philip. Fundamentos da teoria de organização. In: ETZIONI, A. (org.). **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1967.

SOUZA, Paulo R. B.; SALDANHA, Anaís N. K.; ICHIKAWA, Elisa Y. Teoria Crítica na Administração. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 11, n. 3, 2004.

SOUZA-SANTOS, Boaventura. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, n. 3, maio/agosto, 1988.

STANFORD UNIVERSITY. **Francis Fukuyama**: Biography. Disponível em: <<http://fukuyama.stanford.edu>>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.

TSAI, W.; GHOSHAL, S. Social capital and value creation: the role of intrafirm networks. **The Academy of Management Journal**, v. 41, n. 4, p. 464-476, 1998.

WACQUANT, L. The Sociological Life of Pierre Bourdieu. **International Sociology**, London, v. 17, n. 4, p. 549-556, Dec, 2002.